



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambéa - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7154 - fax: 3207-7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Ofício Circular nº 165/2013/CGJ-CE

Fortaleza, 12 de julho de 2013.

Excelentíssimos(as) Senhores(as)
Juizes(as) de Direito das Varas da Infância e Juventude
Estado do Ceará

Processo nº 8501308-98.2013.8.06.0026/CGJ/CE

Senhor(a) Magistrado(a),

No momento em que cumprimento Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício Circular nº 16/CNJ/COR/2013 (em anexo), encaminho cópia do Provimento nº 32 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre as AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.

Atenciosamente,

**Des. Francisco Sales Neto
Corregedor-Geral da Justiça**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício 1023 /2013 – GAPRE

Fortaleza, 1º de julho de 2013.

Ao

Exmo. Sr. Desembargador **FRANCISCO SALES NETO**

MD. CORREGDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Em mão

Ref. Ofício Circular no 016/CNJ/COR/2013

(Provimento nº 32)

Senhor Corregedor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho, para ciência e fiscalização quanto ao cumprimento, ofício mencionado na epígrafe e Provimento nº 32, do CNJ, relacionados com a realização de AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS e outras providências a serem adotadas por juízes e servidores com atuação na área da infância e da juventude.

Sem mais, colho do ensejo para renovar protestos de distinção e apreço.

Atenciosamente,


Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Presidente

Corregedoria Geral de Justiça

Em 05/07/2013

Matriculã (

CIENTE
FORTALEZA 01/07/13

DES. FRANCISCO SALES NETO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201337223

Nome original do documento: OFNº016-2013-PRES-TJs.pdf

Data: 28/06/2013 17:07:23

Remetente: Ailson Marreira Silva

Corregedoria Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça



Conselho Nacional de Justiça

Corregedoria Nacional de Justiça

Gabinete da Corregedoria

Ofício Circular nº 016/CNJ/COR/2013

Brasília, 27 de junho de 2013.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Desembargador(a)
Presidente do Tribunal de Justiça

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente,

Encaminho cópia do Provimento nº 32 da Corregedoria Nacional de Justiça, publicado no DJE de 27/06/2013 que trata das "AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS" e solicito seja dada ciência de seu teor a todos os magistrados que atuam nas varas da Infância e Juventude do referido tribunal, bem como aos responsáveis (escrivães ou gestores) de cada uma das referidas varas.

Ressalto que o questionário eletrônico de que trata o art. 1º, inciso VIII do referido Provimento a ser respondido semestralmente no término das referidas audiências, estará disponível no sistema CNCA a partir do mês de agosto/2013 e substituirá o envio de qualquer informação por escrito sobre o tema para esta Corregedoria Nacional de Justiça.

Tal sistema eletrônico possibilitará controle mais efetivo da revisão semestral dos processos dos acolhidos.

Como o questionário será vinculado no sistema a cada entidade de acolhimento existente nas Comarcas, os magistrados deverão manter atualizados no sistema os dados de cada entidade, e mesmo que não haja qualquer infante acolhido quando do término do semestre a justificar a realização das audiências, deverá ser respondido o questionário, quando então, informando o número "zero" na pergunta sobre o "total de acolhidos na entidade", o questionário automaticamente estará respondido.


GUILHERME CALMON
Corregedor Nacional de Justiça em Substituição



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

PROVIMENTO N.º 32

Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude.

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, X do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a experiência exitosa das “Audiências Concentradas”, iniciada em todos os tribunais do país após o 1º Encontro Nacional das Coordenadorias de Infância e Juventude em 2010;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 02/2010 desta Corregedoria Nacional;

CONSIDERANDO o art. 19, § 1º do ECA, que dispõe sobre a reavaliação semestral obrigatória dos casos de crianças e adolescentes acolhidos,

CONSIDERANDO as inúmeras sugestões e informações coletadas no processo “CUMPRDEC” que tramita nesta Corregedoria Nacional de Justiça sob nº 0005552-24.2010.2.00.0000,

CONSIDERANDO as sugestões colhidas após o Encontro Nacional dos Coordenadores da Infância do Ministério Público e do Poder Judiciário ocorrido em Brasília, nas dependências do CNMP, aos 16/05/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. O Juiz da Infância e Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritário dos processos sob sua condução, deverá realizar, em cada semestre, preferencialmente nos meses de abril e outubro, os eventos denominados “Audiências Concentradas”, a se realizarem, sempre que possível, nas dependências das entidades de acolhimento, com a presença dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, para reavaliação de cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante de seu caráter excepcional e provisório, com a subsequente confecção de atas individualizadas para juntada em cada um dos processos.



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

§ 1º Nas varas de grandes comarcas, com excessivo número de acolhidos, reserva-se ao magistrado a possibilidade da seleção dos processos mais viáveis para audiência, desde que mantenha absoluto controle da situação dos demais.

§ 2º Sugere-se o seguinte roteiro para a realização das audiências:

I - conferência pela vara, no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), dos dados cadastrais da(s) entidade(s) de acolhimento a ela submetida(s), com a atualização completa dos seus dados;

II - levantamento prévio, a ser feito diretamente perante a(s) entidade(s) de acolhimento ou por ela encaminhado, da lista dos nomes das crianças e adolescentes ali acolhidos;

III - conclusão ao gabinete de todos os processos dos infantes listados no inciso anterior onde foi aplicada a medida protetiva de acolhimento, autuando-se desde já novos processos em favor dos acolhidos que, eventualmente, se encontrarem na instituição de forma irregular, ou seja, sem guia de acolhimento ou qualquer decisão judicial respaldando a institucionalização;

IV - designação das audiências e intimação do Ministério Público, Defensoria Pública, e representantes dos seguintes órgãos, onde houver, para fins de envolvimento único e tomada de medidas efetivas que visem abreviar o período de institucionalização:

- a) Equipe interdisciplinar atuante perante a vara da infância e juventude;
- b) Conselho Tutelar;
- c) Entidade de acolhimento e sua equipe interdisciplinar;
- d) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- e) Secretaria Municipal de Saúde;
- f) Secretaria Municipal de Educação;
- g) Secretaria Municipal de Trabalho/Emprego;
- h) Secretaria Municipal de Habitação
- i) Escrivão(ã) da própria Vara.

VI - Intimação prévia dos pais ou parentes do acolhido que com eles mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato.

VII - Confecção de ata de audiência individualizada para cada acolhido ou grupo de irmãos, com assinatura dos presentes e as medidas tomadas, com a sua juntada aos respectivos autos.

VIII - Anotação final das medidas tomadas nas audiências, para fins estatísticos, a ser incluída no Sistema CNCA, em campo criado exclusivamente para este fim, separado por entidade de acolhimento, com os seguintes dados fundamentais:

- a) semestre a que se referem (1º ou 2º) / ano;
- b) local onde as audiências se realizaram;
- c) total geral de acolhidos na entidade;
- d) total de acolhidos com genitores falecidos ou desconhecidos;



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

- e) total de acolhidos com consentimento ou a pedido dos genitores para colocação em família substituta;
- f) total de audiências realizadas;
- g) total de reintegrados à família de natural (pai e/ou mãe);
- h) total de reintegrados à família extensa;
- i) total de reintegrados à família substituta;
- j) total de mantidos acolhidos;
- k) total de acolhidos há mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;
- l) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses sem ação de destituição do poder familiar ajuizada;
- m) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses com ação de destituição do poder familiar em andamento;
- n) total de acolhidos há mais de 6 (seis) meses com ação de destituição do poder familiar com sentença transitada em julgado;

Art. 2º. Na audiência, sem prejuízo do uso deste roteiro na condução rotineira do processo antes e depois da audiência, sugere-se seja observado e regularizado minimamente o seguinte:

- a) Há nos autos alguma tarja específica identificando que se trata de processo com infante acolhido?
- b) Há nos autos foto(s) da criança ou do adolescente, de preferência na primeira página após a capa?
- c) O acolhimento foi realizado por decisão judicial ou ao menos por ela ratificado?
- d) Foi expedida a competente Guia de Acolhimento no Sistema CNCA com juntada de cópia nos autos?
- e) O infante possui certidão de nascimento com cópia juntada aos autos?
- f) O infante está matriculado na rede oficial de ensino?
- g) O infante, se o caso, recebeu atendimento médico necessário aos eventuais problemas de saúde que possua?
- h) O infante recebe visita dos familiares? Com qual frequência?
- i) Já foi elaborado o PIA de que trata do art. 101, § 4º do ECA?
- j) A criança, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, ou o adolescente, bem como seus pais, já foram ouvidos em juízo e informados dos seus direitos e dos motivos que determinaram a intervenção nos termos do que dispõe os incisos XI e XII do parágrafo único do art. 100 do ECA?
- k) O acolhido e/ou seus pais ou responsáveis foram encaminhados a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social com vistas a futura reintegração familiar?
- l) É possível no momento a reintegração do infante à família de origem?
- m) Em caso negativo, foram esgotadas as buscas de membros da família extensa que possam ter o infante sob sua guarda?
- n) Se o caso, já foi ajuizada a ação de destituição do poder familiar? Em que data?
- o) Em caso positivo, está ela tendo o andamento adequado?
- p) Se já transitou em julgado a ação de destituição, o nome do infante já foi inserido adequadamente no Cadastro Nacional de Adoção?
- q) Foi tentada, pelo Cadastro Nacional de Adoção, a busca de eventuais pretendentes? Qual a última vez que foi tentada a busca?



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

Art. 3º. Concluídas as audiências, será de responsabilidade do magistrado o preenchimento eletrônico das estatísticas de que trata o art. 1º, parágrafo segundo, inciso VIII deste Provimento no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) em campos próprios lá criados para este fim.

Art. 4º. O processo de "medida de proteção" ou similar, referente ao infante em situação de risco, acolhido ou não, deve preferencialmente ser autônomo em relação a eventual ação de destituição do poder familiar de seus genitores, bem como à ação de adoção ou quaisquer outros procedimentos onde se deva observar o contraditório, podendo ser arquivado ou desarquivado por decisão judicial sempre que a situação de risco subsistir, para preservar, num só feito, o histórico do infante e, ao mesmo tempo, manter o processo sempre acessível, enquanto as outras ações, com rito próprio, possam se encontrar em carga com quaisquer das partes ou vir a ser objeto de recurso para os tribunais.

Art. 5º. Nos casos de crianças ou adolescentes acolhidos há mais de 6 (seis) meses, constatado pelo magistrado que diante das peculiaridades haja possível excesso de prazo no acolhimento sem o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos, recomenda-se seja concedida vista imediata dos autos ao Ministério Público para manifestação expressa sobre tal situação.

Parágrafo único. Caso o entendimento do Ministério Público seja pela não propositura da ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos e a manutenção do acolhimento, ante o risco da perpetuação da indefinição da situação, recomenda-se ao magistrado, diante da excepcionalidade e provisoriedade da medida protetiva de acolhimento, que, encaminhe cópia dos autos ao Procurador Geral de Justiça para eventual reexame, podendo, para tanto, se utilizar da analogia com o disposto no art. 28 do CPP.

Art. 6º. Este Provimento entrará em vigor após 40 (quarenta) dias da data da sua publicação.

Brasília, 24 de junho de 2013

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Corregedor Nacional de Justiça



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Ref. Ofício Circular nº 016/CNJ/COR/2013
(Provimento nº 32)**


R. h.

Atento ao inteiro teor do ofício referido na epígrafe, determino publicação do mesmo e do provimento cuja cópia o instrui nos sítios eletrônicos do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua na Intranet, **recomendando a todos os magistrados e servidores com atuação na área da infância e da juventude máxima atenção e pronto cumprimento.**

Ciência, para os devidos fins, ao Coordenador da Infância de Juventude do TJCE.

Ciência, também, à Corregedoria Geral da justiça, para fiscalização quanto ao cumprimento.

Fortaleza, 1º de julho de 2013.


Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Presidente